



Agricultura Urbana e Direito à Cidade: anotações teóricas para uma agroecologia urbana.

Urban agriculture and right to the city: theoretical contributions for an urban agroecology

SCHITTINI, Gilberto de Menezes¹

¹Pesquisador autônomo, gilberto.schittini@gmail.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é contribuir para a construção teórica da agroecologia urbana. O que se pretende é utilizar conceitos da ecologia política urbana e da teoria urbana crítica para explorar o potencial transformador da agricultura urbana. Mais especificamente, o que se procura é identificar seu potencial para tensionar a democratização dos sistemas agro-alimentares urbanos. Para tanto foi feita uma revisão bibliográfica e uma articulação teórica apoiadas principalmente nos conceitos de ruptura metabólica, de inspiração marxista, e de direito à cidade, conforme definido por Henri Lefebvre. O estudo contribui para construção de um quadro conceitual que sirva para explicitar os aspectos das práticas espaciais e dos espaços de representação de iniciativas de agricultura urbana que efetivamente geram oportunidades de resistência à mercantilização da vida e ao regime alimentar corporativo

Palavras-chave: agricultura urbana – rio de janeiro; hortas comunitárias; direito à cidade; bens comuns urbanos – rio de janeiro; agroecologia.

Keywords: urban agriculture – rio de janeiro; community gardens; right to the city; urban commons – rio de janeiro; agroecology.

Introdução

Este trabalho trata do fenômeno do plantio de alimentos nas cidades e suas implicações para as disputas pela produção social de espaços urbanos, ou o exercício de direito à cidade, e para a construção de vias alternativas para o sistema agro-alimentar convencional. Em outras palavras, procura elucidar o papel da agricultura urbana nas disputas pela democratização dos sistemas agroalimentares.

A perspectiva adotada nessa pesquisa segue a agenda proposta por Chiara Tornaghi (2014), qual seja, uma geografia crítica apoiada nas contribuições sobre produção social do espaço realizada por acadêmicos como Lefebvre, Harvey e Marcuse. E está inserida no quadro teórico da ecologia política. Essa abordagem crítica de Tornaghi procura contextualizar as iniciativas de agricultura urbana em seus regimes sociopolíticos e alimentares específicos, e investigar o seu papel na reprodução de formas de injustiça sócio-espacial ou na criação de vias de subversão dos padrões atuais de urbanização (TORNAGHI, 2014).

Uma abordagem inspirada no quadro teórico da ecologia política urbana, por sua vez, está ancorada na noção de “metabolismo”, entendido enquanto “circulação de matéria, valor e representações” (SMITH, 2006), como forma a superar o dualismo entre sociedade e natureza. O que se assume por hipótese deste trabalho é que a commoditização dos processos metabólicos urbanos ligados à produção e consumo



de alimentos na cidade gerou grupos “materialmente despossuídos e socialmente alienados” (MARCUSE, 2009), que fazem da agricultura urbana “um brado e uma exigência” por direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001).

Na trilha de uma geografia urbana crítica, conforme proposto por Tornaghi (2014), este trabalho procura articular conceitos que deem sustentação para uma abordagem crítica acerca da agricultura urbana. Segundo Brenner e colaboradores, uma perspectiva crítica da teoria urbana, além de que não deve ser normativa ou instrumental e manter-se reflexiva, deve dar ênfase às possibilidades emancipatórias das relações urbanas (BRENNER et al., 2009). Assim, este trabalho procura acionar uma perspectiva crítica para explorar as possibilidades emancipatórias da agricultura urbana.

Metodologia

A partir de uma revisão bibliográfica, este trabalho consiste na construção teórica de uma abordagem crítica para estudos da agricultura urbana. Parte dessa inspiração vem da contribuição de Henri Lefebvre, mais especificamente suas discussões sobre produção social do espaço, a tríade espacial e o conceito de direito à cidade. Outros conceitos e categorias que servem de apoio ao trabalho são a falha metabólica e o metabolismo urbano – no sentido dado pela ecologia política a partir da produção de Marx; os conceitos de alienação, fetichismo; as noções de cercamentos (*enclosures*) e acumulação por despossessão, bem como uma caracterização geral dos sentidos da neoliberalização das cidades; e, por fim, os conceitos de bens comuns urbanos e de direito à cidade. O que se procura é definir as maneiras de analisar as experiências de agricultura para identificar seu potencial de resistência às transformações neoliberais do espaço urbano e do regime alimentar.

Resultados e Discussão

A perspectiva crítica adotada por este trabalho partiu do reconhecimento do espaço urbano como locus estratégico de resistência e transformação do regime alimentar global. Isso porque as cidades capitalistas são espaços de circulação commodities e são elas mesmas submetidas a processos de commoditização. Mas, os espaços urbanos sob o capitalismo não estão fixados, e os processos orientados para acumulação de capital são contestáveis e constantemente contestados por forças marginalizadas. De forma que cabe uma abordagem crítica da agricultura urbana que procure explicitar suas possibilidades emancipatórias e de resistência à commoditização da vida nas cidades.

Para tanto, o trabalho apoiou-se numa abordagem fundamentada numa ecologia política urbana que aciona o conceito de metabolismo para elucidar as relações sociedade-natureza e suas transformações. O metabolismo urbano trata das circulações e dos fluxos não só materiais, mas também culturais e simbólicas, que sustentam a vida na cidade. E mostrou-se relevante para explicitar como as experiências de agricultura urbana estudadas se apropriam desses fluxos como forma



de disputar a produção social da cidade. O conceito de ruptura metabólica, que trata das disrupções entre a cidade e o campo no capitalismo, também contribuiu para a análise das iniciativas estudadas. Mais especificamente, foi oportuno levar-se em conta as consequências culturais, sociais e individuais da aparente ruptura metabólica entre sociedade e natureza na cidade capitalista, e explorar as formas como a agricultura urbana pode contribuir para superar essa ruptura.

E como forma de explicitar o potencial da agricultura urbana de resistir a esses processos, este trabalho considerou o seu papel na produção de bens comuns urbanos, ou, em outras palavras, na criação de relações sócio-espaciais não-commoditizadas. E também o seu papel na disputa pelo espaço urbano por seu valor de uso como forma de superação da vida intermediada por relações de mercado. Dessa maneira, foi explorado o potencial de realização da prática de agricultura urbana enquanto exercício de direito à cidade. Ou seja, a produção de alimentos na cidade enquanto oportunidade para a participação na produção social da obra da cidade, e de apropriação dessa obra.

Conclusões

São elementos centrais do regime alimentar corporativo a commoditização de alimentos, sua produção em sistemas industrializados voltados para maximização do lucro, e sua distribuição por extensas cadeias globais de suprimentos. As cidades, como são espaços privilegiados de circulação e consumo desses alimentos commoditizados, tornam-se assim locais relevantes de resistência e transformação desse regime. Para contribuir nesse sentido, a agricultura urbana precisa responder aos processos de cercamento, espoliações e privatizações para mercantilização da vida e acumulação de capital que caracterizam a cidade capitalista e que se agravam no neoliberalismo. Também precisa dar conta da fetichização dos processos metabólicos de produção, circulação e consumo de alimentos, que mascaram as relações estruturais que criam os padrões de injustiça sócio-ambiental e alimentar, no campo e na cidade. E também contribuir para superar as rupturas culturais, cognitivas e subjetivas que derivam do ofuscamento dessas relações. Para tanto, importa que experiências transformadoras de agricultura urbana impliquem em participação na obra de produção social das cidades, na apropriação dos fluxos metabólicos urbanos para criação de espaços comuns e de relações sociais não-commoditizadas.

Cabe reconhecer os aspectos que fazem dessas iniciativas um brado, de grupos despossuídos e descontentes, que exigem soberania alimentar e vida plena na cidade. Neste sentido, este trabalho contribuiu para aproximar as discussões sobre soberania alimentar e teoria urbana crítica, de forma a explorar as sementes de radicalidade que podem ser cultivadas por iniciativas de agricultura urbana. Aprofundar ainda mais a articulação entre esses campos poderá contribuir para a construção de uma agroecologia propriamente urbana.

Referências bibliográficas

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. Cities for people, not for profit. **City**, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

MARCUSE, Peter. From critical urban theory to the right to the city. **City**, v. 13, n. 2-3, p. 185-197, 2009

SMITH, N. Foreword In: N.C. HEYNEN, N.C.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (Ed.) **In the nature of cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism**. Oxford: Routledge, 2006, p. xii - xv.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551-567, 2014.